

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

26 DE SETEMBRO DE 2010

NÍVEL SUPERIOR

**CARGO 21: ANALISTA MUNICIPAL
DIREITO**

MANHÃ

TIPO A

INSTRUÇÕES

Confira seus dados pessoais constantes da sua folha de respostas. Verifique também se o nome do cargo e o tipo de prova impressos neste caderno correspondem aos indicados na sua folha de respostas. Em seguida, verifique se este caderno contém **sessenta** questões, corretamente ordenadas de **1 a 60**. As provas objetivas são constituídas de questões com quatro opções (A, B, C e D) e **uma única resposta correta**.

Em caso de divergência de dados e/ou de defeito no caderno de provas, solicite providências ao fiscal de sala mais próximo.

Transcreva as respostas das questões objetivas para a sua folha de respostas, que é o **único documento válido** para a correção das provas e cujo preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o estabelecido no edital de abertura ou na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada, ou campo de marcação não preenchido integralmente. Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento por parte do candidato.

Para a marcação na folha de respostas, que é o **único documento válido** para a correção da prova, utilize somente caneta esferográfica de tinta **preta**. Escreva no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase da escritora Cora Coralina:

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e sua eliminação do concurso, conforme previsto no edital de abertura.

Não é permitido que a folha de respostas seja preenchida por outra pessoa, ressalvados os casos de atendimento especial previamente deferidos.

É vedado amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da impossibilidade de realização da leitura óptica ou da correção.

A duração das provas é de **quatro horas**. Você deverá permanecer, obrigatoriamente, em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas, e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.

A desobediência a qualquer uma das determinações constantes dos editais do processo, do presente caderno e da folha de respostas implicará a anulação das suas provas.

CRONOGRAMA

Divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas, no endereço eletrônico www.movens.org.br , a partir das 17 horas	28/9/2010
Prazo para entrega de recursos contra o gabarito oficial preliminar das provas objetivas	29 e 30/9/2010
Data provável para divulgação do resultado final das provas objetivas e convocação para a avaliação de títulos	27/10/2010
Data provável para entrega de títulos	28 e 29/10/2010



CHAVE DE SEGURANÇA:
1 f N f J 5



Utilize este espaço para rascunho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 4.

1 A palavra “professor” deriva da palavra “professar”,
que, além de lecionar, significa “declarar publicamente
uma convicção ou um compromisso de conduta”. Não por
acaso, as duas têm a mesma raiz. Nós, mestres, somos
5 profissionais em vários sentidos: por ensinarmos e por nos
comprometermos com condutas de trabalho – em uma
atividade que exige a contínua exposição de convicções.
Essa condição também envolve responsabilidades múltiplas,
com conhecimentos e procedimentos, especialmente por
10 lidarmos com muitos jovens e crianças e por um tempo longo.

Precisamos nos lembrar disso, não para nos sentirmos
mais importantes do que já somos, mas para termos
consciência de que, no desempenho dessa função social,
não dá para ignorar limitações pessoais e problemas, ou
15 seja, nossa condição humana.

As responsabilidades de educador, ainda mais
complexas, são cumpridas em circunstâncias muito
especiais, sob permanente exposição a dezenas de olhares
daqueles que pretendemos formar. Aliás, os alunos não são
20 passageiros e não nos consideram somente condutores
de classes ou especialistas em Ciências ou Arte. Eles nos
enxergam também como alguém que está com blusa
colorida e sorriso animado, calça amarrotada e olheiras ou
tênis novos e expressão impaciente. Da mesma forma, a
25 turma não vê palavras e números surgirem no quadro e
converterem-se em sons, mas acompanham a mão firme ou
trêmula segurando o giz e o tom grave ou agudo da voz que explica.

Ao sairmos para o trabalho, mesmo preocupados com
a nova ruga flagrada no espelho ou a diferença entre o saldo
30 bancário e a prestação vencida, nos investimos da “persona”
professoral. Sensível sim, mas profissional.

Lúis Carlos de Menezes - Revista Nova Escola
Edição 223 - junho 2009 (com adaptações)

QUESTÃO 1

A respeito dos aspectos linguísticos e gramaticais do texto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – O conector “que” (linha 2) introduz uma oração subordinada adverbial concessiva, já que restringe um fato expresso na oração principal.
- II – O emprego proclítico do pronome átono em “não nos consideram” (linha 20) é justificado por haver a atração de uma palavra de sentido negativo.
- III – A inserção de uma vírgula imediatamente após “condição” (linha 8) e “Precisamos” (linha 11) acarretaria prejuízo gramatical ao texto.
- IV – A forma verbal “têm” (linha 4) recebe acento circunflexo por se encontrar no plural, mas, neste caso, poderia também receber, facultativamente, o acento agudo.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.

QUESTÃO 2

Com relação às ideias do texto, assinale a opção correta.

- (A) O texto reúne elementos que não condizem com a realidade do professor e que sequer funcionam como objetos de avaliação por parte de alunos, como é o caso, por exemplo, de “calça amarrotada”, “olheiras” (linha 23) e “mão firme ou trêmula” (linhas 26 e 27).
- (B) O termo “professoral” (linha 31), que é a união de **professor** e **natural**, carrega um sentimentalismo exagerado por parte do autor e, ao mesmo tempo, revela o inconformismo do professor em relação a sua profissão.
- (C) A tese apresentada no segundo parágrafo do texto contradiz a ideia apresentada no terceiro, já que, neste último, o autor afirma que os alunos veem o professor como aquele que meramente transmite conhecimento.
- (D) Ao longo do texto, o autor estabelece uma relação entre o ato de ensinar e a condição humana do professor.

QUESTÃO 3

Considerando os aspectos linguísticos e gramaticais do texto, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Caso o termo “flagrada” (linha 29) fosse substituído por **fragada**, o sentido do texto seria preservado, já que as duas palavras são homônimas.
- II – O pronome relativo “que” (linha 7) possui função restritiva.
- III – A forma verbal “vê” (linha 25) pode ser substituída por **enxergam**, já que, neste caso, poderia concordar com “turma” (linha 25), que tem valor coletivo.
- IV – Na linha 20, o termo “passageiros” não está empregado com função adjetiva, tampouco possui o sentido de **efêmeros**.
- V – A substituição da preposição “com” (linha 6) pela preposição **de** não manteria a regência correta.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V, F, F.
- (B) V, F, V, F, V.
- (C) F, V, F, V, V.
- (D) F, F, V, V, F.

QUESTÃO 4

Acerca das estruturas do texto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Na linha 5, o vocábulo “por”, em suas duas ocorrências, pertence à mesma classe de palavras.
- II – Na linha 4, a expressão “as duas” tem como referentes as palavras “professor” e “professar” (linha 1).
- III – Caso o vocábulo “a” (linha 18) fosse substituído por **à**, seria mantida a correção gramatical, já que, neste caso, o uso do sinal indicativo de crase é facultativo.
- IV – No texto, o verbo “lembrar” (linha 11), por apresentar-se na forma pronominal, é transitivo indireto.
- V – A palavra “sob” (linha 18) pode ser substituída por **sobre**, sem acarretar prejuízo de sentido ao texto, já que ambas são preposições.

Estão certos apenas os itens

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) I e IV.
- (D) II, III, IV e V.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 5 a 7.

Educação do olhar

1 Educar é mostrar a vida a quem ainda não a viu. O educador diz: "Veja!" – e, ao falar, aponta. O aluno olha na direção apontada e vê o que nunca viu. Seu mundo se expande. Ele fica mais rico interiormente. E, ficando mais rico interiormente, ele pode sentir mais alegria e dar mais alegria – que é a razão pela qual vivemos.

Já li muitos livros sobre psicologia da educação, sociologia da educação, filosofia da educação – mas, por mais que me esforce, não consigo me lembrar de qualquer referência à educação do olhar ou à importância do olhar na educação, em qualquer deles.

A primeira tarefa da educação é ensinar a ver. É através dos olhos que as crianças tomam contato com a beleza e o fascínio do mundo. Os olhos têm de ser educados para que nossa alegria aumente.

Quero ensinar as crianças. Elas ainda têm olhos encantados. Seus olhos são dotados daquela qualidade que, para os gregos, era o início do pensamento: a capacidade de se assombrar diante do banal. Para as crianças, tudo é espantoso: um ovo, uma minhoca, uma concha de caramujo, o voo dos urubus, os pulos dos gafanhotos, uma pipa no céu, um pião na terra. Coisas que os eruditos não veem.

Na escola eu aprendi complicadas classificações botânicas, taxonomias, nomes latinos – mas esqueci. Mas nenhum professor, jamais, chamou a minha atenção para a beleza de uma árvore ou para o curioso das simetrias das folhas.

As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor. Aprendemos palavras para melhorar os olhos. Quando a gente abre os olhos, abrem-se as janelas do corpo, e o mundo aparece refletido dentro da gente.

Jardins bonitos há muitos, mas só traz alegria o jardim que nascer dentro da gente. São as crianças que, sem falar, nos ensinam as razões para viver. Elas não têm saberes a transmitir. No entanto, elas sabem o essencial da vida. Quem não muda sua maneira adulta de ver e sentir e não se torna como criança jamais será sábio.

Rubem Alves. Internet: www.rubemalves.com.br (com adaptações)

QUESTÃO 5

Acerca da tipologia e das estruturas gramaticais do texto, assinale a opção correta.

- (A) O texto apresenta-se como descritivo em toda a sua estrutura e, ao mesmo tempo, revela uma tese inconsistente e contraditória do quarto ao último parágrafo.
- (B) O texto contém elementos de narração e descrição e apresenta a defesa de uma tese baseada em fatos jamais vivenciados pelo autor.
- (C) O travessão apresentado na linha 6 pode ser substituído por vírgula, sem qualquer prejuízo gramatical ao texto.
- (D) As palavras "crianças" e "encantados" (linhas 16 e 17) possuem a mesma função sintática do termo "espantoso" (linha 20).

QUESTÃO 6

De acordo com as estruturas linguísticas e gramaticais do texto, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – A forma verbal "traz" (linha 32) pode ser substituída por **trazem**, já que, neste caso, é permitida a concordância com "Jardins bonitos" (linha 32).
- II – As palavras "Educar" (linha 1) e "educador" (linha 2) pertencem à mesma classe de palavras, ou seja, são verbos no infinitivo.
- III – A palavra "saberes" (linha 34) está empregada no texto com o sentido de **conhecimento**.
- IV – Em suas duas ocorrências, o pronome "ele" (linhas 4 e 5) tem como referente "aluno" (linha 2) e, não, "mundo" (linha 3).
- V – A oração "abrem-se as janelas do corpo" (linhas 30 e 31) está na voz passiva sintética, justificada pela presença de um verbo transitivo direto na terceira pessoa do plural acompanhado de um pronome apassivador.

A sequência correta é:

- (A) F, F, V, V, V.
- (B) V, F, F, F, F.
- (C) V, F, V, F, V.
- (D) F, V, F, V, F.

QUESTÃO 7

Acerca das ideias apresentadas no texto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – O autor faz reflexões a respeito de uma educação voltada para a capacidade de se enxergar sob ângulos e referenciais diferentes, enfoques sob os quais a maioria das pessoas ainda não está habituada.
- II – Infere-se do quarto parágrafo que as crianças possuem mais subjetividade, poesia e alegria na forma de olhar do que os adultos.
- III – Educar, na visão do autor, é encarar o processo de ensinar e de aprender com a desconstrução do olhar engessado sobre tudo.
- IV – Ao mencionar que as crianças "ainda têm olhos encantados" (linhas 16 e 17), infere-se que ela é desperta para o imaginário e o poético, viaja através das palavras e é capaz de se surpreender com coisas simples.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 8 a 10.

Educação para a cidadania

1 A educação para a cidadania pretende fazer de cada
 pessoa um agente de transformação. Isso exige uma
 reflexão que possibilite compreender as raízes históricas da
 situação de miséria e exclusão nas quais vive boa parte da
 5 população. A formação política, que tem no universo escolar
 um espaço privilegiado, deve propor caminhos para mudar
 as situações de opressão.

Muito embora outros segmentos, como a família ou
 os meios de comunicação, participem dessa formação
 10 não haverá democracia substancial se inexistir essa
 responsabilidade propiciada, sobretudo pelo ambiente
 escolar. A ideia de educação deve estar intimamente ligada à
 de liberdade, democracia e cidadania. A educação não pode
 preparar nada para a democracia a não ser que também
 15 seja democrática.

Uma nova cidadania acontece por intermédio dos
 currículos oficiais e, para isso, é necessário que os currículos
 sejam revistos. É necessário ensinar às crianças e aos
 jovens brasileiros não apenas a ler e a escrever, mas a olhar
 20 o mundo a partir de novas perspectivas. Ensinar a ouvir,
 a falar, a escutar, a desenvolver atitudes de solidariedade;
 aprender a dizer “não” ao consumismo imposto pela mídia,
 a dizer “não” ao individualismo e, sim, à paz.

Educar para a cidadania é adotar uma postura; é fazer
 25 escolhas; é despertar para as consciências dos direitos
 e deveres; é lutar pela justiça e não servir a interesses
 seculares. Esta é uma urgência que grita e que deveria ecoar
 nos corações humanos e, não, nos alarmes das propriedades
 que tentam proteger a vergonha do que a civilização humana
 30 construiu. Para se alcançar isso, não se pode ficar somente
 no “ensinar para a cidadania”. É preciso que se construa
 o espaço de se “educar na cidadania”. E, nesse sentido,
 não é somente a preposição que muda: muda a postura do
 professor que, de cidadão que somente exige seus direitos,
 35 passa a se lembrar também dos seus deveres.

Márcia Regina Cabral – Educação e Cidadania

Internet: <http://www.webartigos.com/articles/10791/1/Educacao-e-Cidadania/pagina1.html#ixzz0uVT9nG12>

QUESTÃO 8

Segundo as ideias apresentadas no texto, assinale a opção correta.

- (A) O ato de educar para a cidadania, na visão do autor, exige do professor uma mudança de comportamento que busque a luta pelos seus interesses particulares, ou seja, seus direitos, sobrepujando a situação de miséria e exclusão nas quais vive boa parte da população brasileira.
- (B) De acordo com o autor, haverá uma mudança significativa na situação de opressão com a qual convive boa parte da população brasileira, caso haja maior responsabilidade e comprometimento das pessoas com a educação.
- (C) Pode-se dizer que, para se alcançar a cidadania, faz-se necessária a privação de liberdade e de democracia, principalmente no ambiente escolar.
- (D) No terceiro parágrafo, o autor, que acredita que as crianças e os jovens são influenciados pela família e pela mídia e que, por isso, não conseguem aprender a ler e a escrever, propõe alterações nos currículos escolares com vistas a melhorar o ensino da alfabetização no Brasil.

QUESTÃO 9

Com relação aos aspectos semânticos e gramaticais do texto, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – A palavra “segmentos” (linha 8) não pode ser substituída por **seguimentos**, pois causaria prejuízo semântico ao texto.
- II – O trecho “é necessário que os currículos sejam revistos” (linhas 17 e 18) está empregado em sentido denotativo.
- III – O vocábulo “postura” (linha 24 e 33), em suas duas ocorrências, possui o mesmo sentido de **maneira de agir**.
- IV – O vocábulo “sobretudo” (linha 11) é uma preposição e pode ser substituído por **ainda mais** sem acarretar prejuízo sintático e de sentido ao texto.
- V – No texto, a forma verbal “ecoar” (linha 27) tem o sentido de **repetir**.

A sequência correta é:

- (A) F, F, F, V, F.
- (B) V, F, V, F, V.
- (C) F, V, V, V, F.
- (D) V, V, V, F, V.

QUESTÃO 10

Com base nas propriedades textuais e gramaticais do texto, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Na linha 10, a expressão “se inexistir” possui valor condicional e pode ser substituída por **caso inexistir**, mantendo, dessa forma, o sentido do texto e a correção sintática.
- (B) O vocábulo “à” (linha 12) tem como referente “educação” (linha 12).
- (C) A forma verbal “construiu” (linha 30) não se apresenta no pretérito imperfeito do indicativo, mas está no singular para concordar com “civilização humana” (linha 29) e, não, com “vergonha” (linha 29).
- (D) A oração “que tem no universo escolar um espaço privilegiado” (linhas 5 e 6) não é subordinada adverbial consecutiva.

QUESTÃO 11

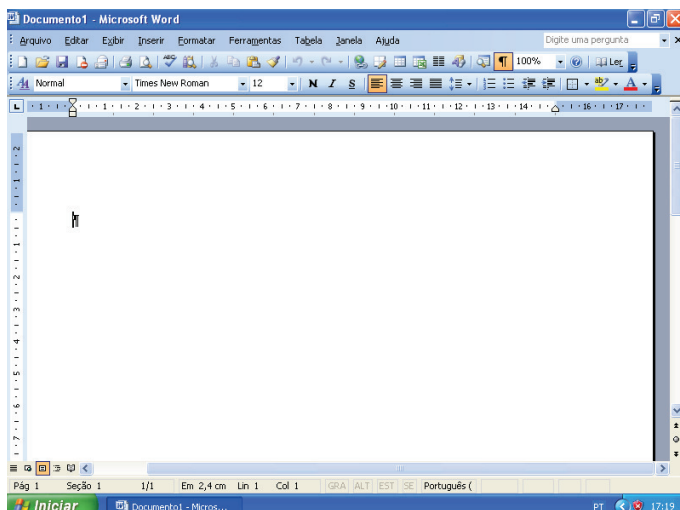
Existem diferentes formas de se apagar um arquivo no Windows XP. Ainda que todas elas produzam o efeito de apagar o arquivo, podem existir pequenas diferenças entre elas.

A respeito dos diferentes meios de se apagar um arquivo no Windows XP, configurado em Português, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Ao se clicar em um arquivo e teclar Shift + Del e, então, clicar no botão Sim, o arquivo é apagado sem ir para a Lixeira.
- (B) Pode-se apagar um arquivo ao se clicar com o botão direito, escolher a opção Excluir e, então, clicar no botão Sim.
- (C) Ao se apagar um arquivo que está em uma unidade mapeada de rede, ele vai diretamente para a Lixeira.
- (D) Ao se restaurar um arquivo da Lixeira, ele retornará para a localização anterior a sua deleção.

QUESTÃO 12

Considere a tela do Windows XP abaixo.



Assinale a opção que apresenta o efeito de clicar uma vez, com o botão esquerdo do mouse, na Barra de Tarefas, no botão correspondente ao Microsoft Word, configurado em Português.

- (A) Será aberta outra janela do Microsoft Word.
- (B) O programa Microsoft Word será fechado.
- (C) O programa Microsoft Word será maximizado.
- (D) O programa Microsoft Word será minimizado.

QUESTÃO 13

A barra de ferramentas do Windows Explorer do Windows XP possui vários botões. Acerca desses botões, relacione a primeira coluna, que apresenta imagens dos botões, à segunda, que traz suas respectivas descrições, e, em seguida, assinale a opção correta.

- I -
- II -
- III -
- IV -
- V -

- () Botão utilizado para mapear unidade de rede.
- () Botão utilizado para alterar os modos de exibição da lista de arquivos, podendo exibir os arquivos com seus detalhes, em listas ou miniaturas.
- () Botão que exibe as propriedades dos arquivos ou pastas selecionados.
- () Botão utilizado para alternar entre a exibição do Painel de Tarefas Comuns e das Pastas no Windows Explorer.
- () Botão que pode ser usado para mover arquivos ou pastas selecionadas para outra pasta.

A sequência correta é:

- (A) I, IV, II, III, V.
- (B) IV, V, III, II, I.
- (C) III, II, V, I, IV.
- (D) V, III, I, II, IV.

QUESTÃO 14

Dentro do menu Iniciar do Windows XP, configurado em Português, no menu "Todos os programas", ficam os atalhos e as pastas de todos os programas instalados. Entre as pastas, existe uma chamada "Inicializar", que possui uma propriedade especial.

Assinale a opção que apresenta o efeito produzido ao se criar um atalho nessa pasta.

- (A) Somente atalhos para programas podem ser colocados nessa pasta.
- (B) O programa poderá ser inicializado em um dia e hora marcados pelo usuário.
- (C) É dada permissão ao usuário para inicializar o programa alvo do atalho.
- (D) O programa será inicializado automaticamente junto com o Windows XP.

QUESTÃO 15

Tabulações são muito utilizadas para dar uma formatação clara a um documento. Elas organizam o texto de forma que fique alinhado com um determinado ponto. No Microsoft Word 2007, configurado em Português, é possível utilizar tabulações de diferentes tipos.

Acerca dos tipos de tabulação do Microsoft Word 2007, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A tabulação Centralizada define a posição do centro do texto, ou seja, conforme o usuário digita, o texto fica centralizado na posição marcada.
- (B) A tabulação Direita marca a posição do texto, que, conforme o usuário digita, é deslocado para a direita.
- (C) A tabulação Decimal define a posição do ponto decimal do número digitado, ou seja, conforme o usuário digita um número, o seu ponto decimal permanece alinhado na posição marcada.
- (D) A tabulação do tipo Barra não produz efeito no texto.

QUESTÃO 16

Considere a planilha elaborada no Microsoft Excel 2007, apresentada abaixo.

	A	B
1	Meses	Atendimentos
2	jan/2010	1200
3	fev/2010	1520
4	mar/2010	890
5	abr/2010	720
6	mai/2010	570
7	jun/2010	1980
8	jul/2010	4310
9	ago/2010	2750
10	set/2010	5870
11	out/2010	6487
12	nov/2010	1457
13	dez/2010	

Dados históricos indicam que a expectativa de atendimento no mês de dezembro é a soma entre o maior volume do ano com 50% da média.

Assinale a opção que apresenta a fórmula que deve ser utilizada na célula B13 para calcular a expectativa de movimento no mês de dezembro de 2010.

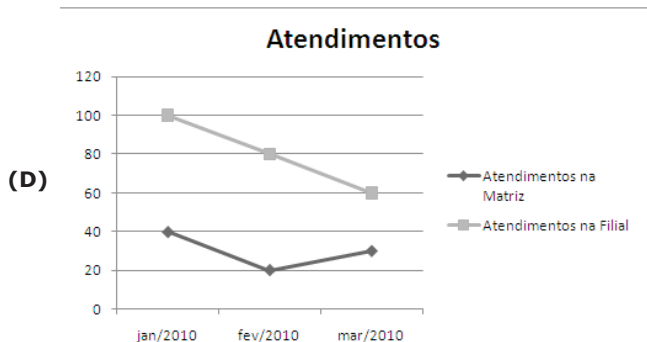
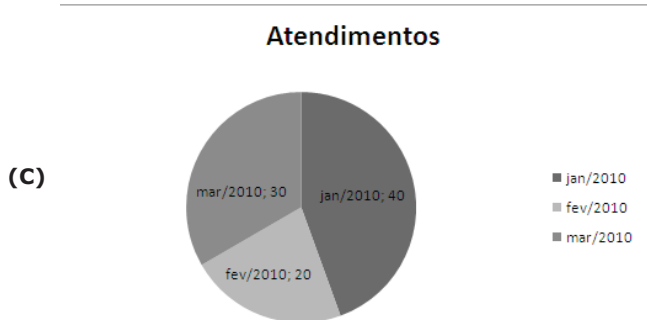
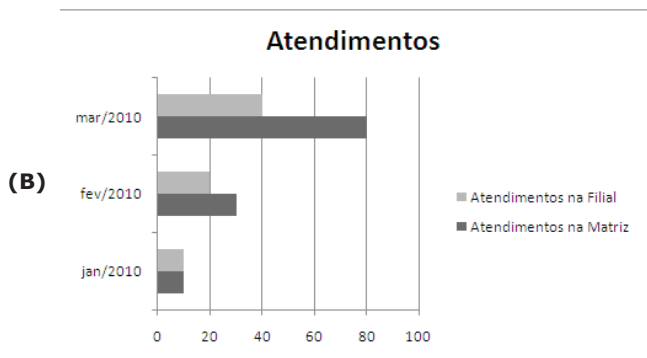
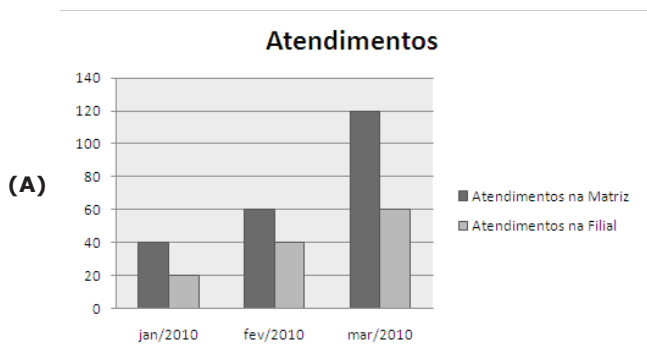
- (A) =MÁXIMO(B2:B12)+MÉDIA(B2:B12)/2
- (B) =(MAIOR(B2:B12;2)+MÉDIA(B2:B12))/2
- (C) =MAIOR(B2:B12;1)+MOD(MÉDIA(B2:B12); 2)
- (D) =MÁXIMO(B2:B12)-(MÉDIA(B2:B12)/50%)

QUESTÃO 17

Considere a planilha abaixo, elaborada no Microsoft Excel 2007.

	A	B	C
1	Meses	Atendimentos na Matriz	Atendimentos na Filial
2	jan/2010	40	20
3	fev/2010	60	40
4	mar/2010	120	60

Assinale a opção que apresenta o gráfico criado a partir da planilha apresentada.



QUESTÃO 18

Em uma tabela no Word 2007, configurado em Português, quando o conteúdo das células é menor que o texto do cabeçalho das colunas, é possível alinhar o texto da forma que pode ser observada na primeira linha da tabela apresentada abaixo.



Meses	jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	jul/09	ago/09	set/09	out/09	nov/09	dez/09	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10
Processos Recebidos	65	50	67	42	172	74	51	64	35	30	74	41	40	49	99	74	77
Processos Enviados	93	23	78	92	75	24	46	128	23	487	97	55	123	75	51	149	36
Processos Analisados	100	74	60	80	297	60	224	141	83	184	56	227	88	34	51	37	82

Acerca do alinhamento realizado no texto da primeira linha da tabela apresentada, assinale a opção que apresenta a designação correta para o comando usado.

- (A) Auto-ajuste de conteúdo
- (B) Direção do texto
- (C) Alinhamento Parte Superior no Centro
- (D) Auto-ajuste de Linha de Cabeçalho

QUESTÃO 19

Considere que a célula A1 de uma planilha do Microsoft Excel 2007 tenha a seguinte formatação personalizada:

R\$ #.# #0_);R\$ (#.# #0)

Assinale a opção que apresenta o texto que irá aparecer na célula A1, caso o valor -7666,09 seja incluído na célula.

- (A) R\$ -7.666
- (B) (R\$ 7.666,09)
- (C) R\$ (7.666)
- (D) R\$ -7.666,09

QUESTÃO 20

Considere um arquivo do Microsoft Excel 2007 que contém duas planilhas chamadas Controle e Processos. A célula G4 da planilha Controle deve fazer referência à célula F12 da planilha Processos, de forma que as duas fiquem sempre com o mesmo valor.

Assinale a opção que apresenta o conteúdo da célula G4 da planilha Controle para se obter o efeito desejado.

- (A) =!Processos#F12
- (B) =Processos!F12
- (C) =Processos\$F\$12
- (D) =@Processos@F12

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Em relação ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, assinale a opção correta.

- (A) A expedição das certidões requeridas para a defesa de direitos e as requisições para a defesa da Fazenda Pública deverão ser atendidas prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço.
- (B) O zelo pela economia do material do município e pela conservação do que for confiado à sua guarda e utilização não constitui dever funcional expresso, mas decorre da própria noção de eficiência administrativa.
- (C) Antônio, servidor do Município de Manaus, agendou encontro, na repartição onde trabalha e no horário de trabalho, com um corretor de imóveis para tratar da compra de uma residência destinada à família do servidor, tendo o atendimento durado 5 minutos. Nesse caso, Antônio não violou proibição funcional legal.
- (D) A responsabilidade civil do servidor decorre apenas de procedimento doloso que importe em prejuízo para a Fazenda Municipal ou para terceiros, sendo certo que, na hipótese de culpa, a sanção limitar-se-á à esfera criminal.

QUESTÃO 22

Em relação ao processo disciplinar previsto na Lei Municipal n.º 1.118/71, assinale a opção INCORRETA.

- (A) As penas de demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo que se assegure defesa ao acusado, sendo certo que, nesses casos, a competência para a instalação do processo é exclusiva do prefeito.
- (B) Terminada a instauração da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punições dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação de aposentadorias ou de disponibilidade.
- (C) Se as irregularidades objeto do processo administrativo constituírem crime, a autoridade processante encaminhará cópia das peças necessárias ao órgão competente para instauração do inquérito policial.
- (D) Em âmbito administrativo, a decisão definitiva proferida em processo administrativo só poderá ser alterada por meio de processo de revisão.

QUESTÃO 23

Com relação à improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/92), assinale a opção correta.

- (A) A aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.429/92, por atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, depende da rejeição das contas pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- (B) Se o ato ímprobo for imputado a agente público no exercício de mandato de cargo em comissão ou de função de confiança, o prazo prescricional para a aplicação de sanção é de cinco anos, a contar do dia da prática do ato.
- (C) Os prefeitos não podem ser processados por seus atos pela Lei n.º 8.429/92, eis que se submetem a legislação específica quanto aos crimes de responsabilidade.
- (D) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar ação de improbidade contra seus membros.

QUESTÃO 24

A respeito do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- (A) Tribunais de contas, no exercício de suas atribuições fiscalizatórias, não estão autorizados a apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
- (B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas, não obstante os seus servidores estarem sujeitos ao regime celetista.
- (C) O Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de que é constitucional norma local que estabeleça a competência do Tribunal de Contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o Poder Público.
- (D) Mesmo na hipótese de manifestação da Assessoria Jurídica do Estado, a respeito de editais de licitação, não se limitar a simples opinião, alcançando a própria aprovação, ou não, é legítima a recusa do responsável à convocação do Tribunal de Contas estadual para serem prestados esclarecimentos.

QUESTÃO 25

Acerca do contrato administrativo e das licitações, assinale a opção correta.

- (A) As denominadas cláusulas de privilégio ou exorbitantes eram as prerrogativas especiais conferidas à administração na relação do contrato administrativo em virtude do ultrapassado entendimento de que o Estado ocupava posição de supremacia em relação à parte contratada.
- (B) A alienação de bens imóveis dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive para as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, inclusive nas hipóteses de dação em pagamento.
- (C) Em relação às licitações, cabe à União editar dois estatutos diversos: um para a administração direta, autárquica e fundacional e pessoas sob controle direto ou indireto do Poder Público, e outro para as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (D) É inexigível a licitação quando não houver interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

QUESTÃO 26

Em relação aos serviços públicos, assinale a opção correta.

- (A) O poder concedente poderá intervir na concessão, sem necessidade da edição de lei específica para tanto, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento às normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
- (B) Encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante decreto e após prévio pagamento da indenização.
- (C) As concessões e permissões de serviços públicos só poderão ser delegadas a pessoas jurídicas ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, vedando-se a delegação à pessoa física.
- (D) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária mediante ação judicial, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, interrompendo-se os serviços prestados até o trânsito em julgado da decisão judicial.

QUESTÃO 27

Acerca dos agentes administrativos, assinale a opção correta.

- (A) Ao contrário da quitação com as obrigações militares e eleitorais, o gozo dos direitos políticos não é um requisito básico para a investidura em cargo público, sendo certo que as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
- (B) O auxílio-moradia não será concedido por prazo superior a 8 anos dentro de cada período de 12 anos, sendo certo que o valor mensal dessa indenização é limitado a 25% do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado.
- (C) Será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário dos tratamentos médicos necessários e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, mediante compensação de horário.
- (D) Ainda que esteja em gozo de licença para tratar de interesses particulares, ao servidor é proibido participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e exercer o comércio.

QUESTÃO 28

Considerando os poderes da administração, assinale a opção correta.

- (A) O poder hierárquico consiste em distribuir e escalonar as funções, ordenar e rever as atuações e estabelecer as relações de subordinação entre os órgãos, inclusive seus agentes.
- (B) Nenhum ato que envolva a consecução do poder de polícia pode ser delegado.
- (C) O fato de ensejar atividades predominantemente positivas constitui uma característica privativa do poder de polícia.
- (D) Pelo poder discricionário, a lei deixa propositadamente certa faixa de opção para o exercício da vontade psicológica do agente, sem limitação à escolha dos meios e da oportunidade para a concretização do ato que deve ser praticado.

QUESTÃO 29

Sobre o instituto da desapropriação, assinale a opção correta.

- (A) Nas ações de desapropriação, não se incluem no cálculo da verba advocatícia as parcelas relativas aos juros compensatórios e moratórios.
- (B) Na desapropriação para instituir servidão administrativa, é devida indenização por parte do poder público, sem incidência, no entanto, de juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.
- (C) Em ações indenizatórias decorrentes de desapropriação, não são cumuláveis juros compensatórios e moratórios.
- (D) Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.

QUESTÃO 30

Em relação à responsabilidade civil da administração, assinale a opção correta.

- (A) A responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é objetiva, sendo desnecessário, dessa forma, comprovar a negligência na atuação estatal, ou seja, a omissão do Estado, mas apenas o dano e o nexo causal entre ambos.
- (B) Certo agente foi condenado a vinte anos de reclusão pela prática do delito de homicídio. Logo em seguida ao início do cumprimento da pena, fugiu e, após dois anos da fuga, cometeu novos delitos contra a integridade física e o patrimônio de uma mesma vítima. Nesse caso, deverá o Estado ser responsabilizado objetiva e civilmente pelos prejuízos experimentados pela vítima, pois falhou em seu dever de vigilância sobre o detento.
- (C) Em sede de responsabilidade civil objetiva do Estado, a condenação em danos morais, por presunção, é possível, desde que os fatos que a ensejaram forneçam elementos suficientes a essa presunção, com a demonstração objetiva de que os efeitos do ilícito praticado têm repercussão na esfera psíquica do lesado.
- (D) Na hipótese de condenação judicial do Estado com fundamento em sua responsabilidade extracontratual, o termo inicial para a incidência dos juros moratórios é a data do trânsito em julgado da sentença.

QUESTÃO 31

No que diz respeito ao Estado em juízo, assinale a opção correta.

- (A) Em âmbito federal, as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista são demandadas em ações cíveis perante a Justiça Federal.
- (B) Os honorários advocatícios são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.
- (C) As Defensorias Públicas não representam o Estado judicialmente, pois atuam na defesa de direitos e interesses dos necessitados, muitas vezes contra o próprio Estado.
- (D) Nas ações de natureza civil, computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte demandada for a Fazenda Pública.

QUESTÃO 32

A respeito das normas constitucionais aplicáveis ao Direito Administrativo, assinale a opção correta.

- (A) As administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, exceto quanto ao compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, pois tais dados são resguardados pelo sigilo.
- (B) O servidor público investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, receberá apenas a remuneração do cargo eletivo.
- (C) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (D) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

QUESTÃO 33

Acerca dos princípios fundamentais da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- (A) Sob pena de violação do princípio da independência entre os poderes, no ordenamento jurídico brasileiro, é vedado o reexame, pelo Tribunal de Contas estadual, das decisões fazendárias de última instância contrárias ao erário.
- (B) A criação, por Constituição Estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros poderes ou entidades não ofende ao princípio da independência entre os Poderes.
- (C) Por ofensa ao princípio da igualdade entre os estados, o mero procedimento citatório produz efeito atentatório à soberania nacional e à ordem pública, ainda que destinado apenas a possibilitar o conhecimento da ação que tramita perante a justiça estrangeira.
- (D) Caracteriza a hipótese legal de concessão de refúgio, consistente em fundado receio de perseguição política, o pedido de extradição para regular execução de sentenças definitivas de condenação por crimes comuns, proferidas com observância do devido processo legal, mesmo quando não há prova de nenhum fato capaz de justificar receio atual de desrespeito às garantias constitucionais do condenado.

QUESTÃO 34

Em relação à organização do Estado, assinale a opção correta.

- (A) É constitucional a lei estadual que estabeleça como condição de acesso a licitação pública, para aquisição de bens ou serviços, que a empresa licitante tenha a fábrica ou sede no Estado-membro.
- (B) É impossível a interferência do estado-membro nas relações jurídico-contratuais entre poder concedente federal e as empresas concessionárias, especificamente no que tange a alterações das condições estipuladas em contrato de concessão de serviços públicos, sob regime federal, mediante a edição de leis estaduais.
- (C) A imunidade tributária prevista constitucionalmente em favor das entidades de cunho religioso deve abranger apenas os prédios destinados ao culto, podendo incidir Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) sobre os cemitérios que consubstanciam extensões dessas entidades, sem caracterizar embaraço ao funcionamento destas.
- (D) Segundo previsão expressa da Constituição Federal, em municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos deputados estaduais.

QUESTÃO 35

Acerca da intervenção nos municípios, assinale a opção correta.

- (A) A decisão de Tribunal de Justiça que determina a intervenção estadual em município tem natureza jurisdicional, ensejando, assim, o cabimento do recurso extraordinário.
- (B) É legítima a atribuição conferida, pela constituição estadual, ao Tribunal de Contas dos municípios, para requerer ao governador do estado a intervenção em município, uma vez que não se trata de ato político.
- (C) O estado intervirá no município em que não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde e assistência social.
- (D) Não é possível a intervenção estadual no município em caso de corrupção na administração municipal ou de não se recolherem à previdência social, por seis meses consecutivos ou alternados, valores descontados em folha de pagamento de seus servidores e parcelas devidas pela prefeitura.

QUESTÃO 36

Em relação ao Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- (A) A regra da prévia licença da casa legislativa como condição de procedibilidade para deliberar-se sobre o recebimento da denúncia criminal estende-se à prática de ato judicial diverso, como é o referente à prisão preventiva na fase de inquérito.
- (B) A prerrogativa de foro conferida aos membros do Congresso Nacional, vinculada à liberdade máxima necessária ao bom desempenho do ofício legislativo, estende-se ao suplente respectivo, mesmo durante o período em que este não esteja no efetivo exercício da atividade parlamentar.
- (C) É da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o Presidente e o Vice-presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder quinze dias, sendo certo que, segundo a jurisprudência do STF, essa regra aplica-se, por simetria, aos estados-membros.
- (D) O reconhecimento da justa causa para transferência de partido político afasta a perda do mandato eletivo por infidelidade partidária, transferindo-se ao novo partido o direito de sucessão à vaga.

QUESTÃO 37

No que diz respeito ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

- (A) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de estabelecer as alíquotas do Imposto de Exportação, uma vez que tal competência não é privativa do Presidente da República.
- (B) A Constituição da República oferece guarida à possibilidade de os governadores de estado-membro e do Distrito Federal criarem cargos e reestruturarem órgãos públicos por meio de simples decreto, sem ferimento do princípio da reserva legal.
- (C) A concessão do benefício do indulto é uma faculdade atribuída ao Presidente da República pela Constituição Federal, no entanto, não é possível a imposição de condições para tê-lo como aperfeiçoado, sob pena de desvirtuamento da sua própria finalidade.
- (D) Com esteio no princípio da simetria, o estado-membro dispõe de competência para instituir, em sua própria Constituição, cláusulas tipificadoras de crimes de responsabilidade, especialmente se as normas definidoras de tais ilícitos tiverem por finalidade viabilizar a responsabilização política do governador.

QUESTÃO 38

Acerca do Ministério Público, assinale a opção correta.

- (A) Existindo Defensoria Pública organizada na localidade, o Ministério Público não tem legitimidade ativa *ad causam* para requerer a internação compulsória, para tratamento de saúde, de pessoa vítima de alcoolismo.
- (B) O princípio do promotor natural está ligado à persecução criminal, alcançando, ainda, o inquérito policial.
- (C) Segundo entendimento pacífico do STF, não gera inconstitucionalidade formal a emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa do Ministério Público estadual que importa aumento de despesa.
- (D) O Ministério Público não tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares, por envolver direitos individuais disponíveis.

QUESTÃO 39

Com relação aos Tribunais Superiores, assinale a opção correta.

- (A) Os membros do STF integrantes do TSE que intervieram nos processos de que resultou a deliberação impugnada estão impedidos de participar de julgamento de processos de fiscalização abstrata nos quais seja debatida a constitucionalidade de decisões emanadas daquela corte eleitoral.
- (B) O STF não tem competência para determinar, de imediato, a aplicação de eventual comando legal em substituição de lei ou ato normativo considerado inconstitucional.
- (C) A competência originária do STJ para julgar mandado de segurança está definida de forma exemplificativa pela Constituição Federal, sendo aquela Corte competente para julgar essa modalidade de ação quando impetrada contra atos de Tribunais de Justiça ou dos seus respectivos órgãos.
- (D) O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu presidente e o corregedor eleitoral entre os ministros do Supremo Tribunal Federal, e o vice-presidente entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 40

Em relação à Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- (A) Norma estadual que atribui à defensoria pública do estado a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo é compatível com a CF/88.
- (B) Às defensorias públicas, em âmbito federal e estadual são asseguradas autonomias funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) Aos integrantes das defensorias públicas é assegurada a garantia da inamovibilidade e permitido o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, exceto em demandas contra a fazenda pública que os remunera.
- (D) Por desempenhar, com exclusividade, um mister estatal genuíno e essencial à jurisdição, a defensoria pública não convive com a possibilidade de que seus integrantes sejam recrutados em caráter precário.

QUESTÃO 41

Acerca do controle de constitucionalidade das leis municipais, assinale a opção correta.

- (A) A omissão da constituição estadual não constitui óbice a que o Tribunal de Justiça local julgue a ação direta de inconstitucionalidade contra lei municipal que cria cargos em comissão em confronto com norma de reprodução obrigatória prevista na Constituição Federal.
- (B) É pacífica a jurisprudência do STF no sentido de que cabe a Tribunais de Justiça estaduais exercerem o controle de constitucionalidade de leis e demais atos normativos municipais em face da Constituição Federal.
- (C) No caso em que houve o reconhecimento de inconstitucionalidade de lei municipal, em controle difuso, que institui taxa de iluminação pública, os efeitos não serão retrospectivos (*ex tunc*).
- (D) A possibilidade de os Tribunais de Justiça dos estados exercerem o controle abstrato de constitucionalidade quando lei municipal contrariar a Constituição Estadual não tem previsão na Constituição Federal, sendo resultado de uma construção jurisprudencial no âmbito do STF.

QUESTÃO 42

Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- (A) O regramento relativo à escolha dos ocupantes dos cargos diretivos dos tribunais no ordenamento jurídico brasileiro, por se tratar de tema eminentemente constitucional, situa-se como matéria própria das constituições federal e estadual, não sendo suficiente a regulamentação por mera edição de lei complementar, seja em âmbito federal ou estadual.
- (B) Padece de nulidade, por ofensa ao dever de fundamentação ou de prestação jurisdicional, a decisão que julga prejudicado conflito negativo de competência fazendo expressa referência a outro conflito de competência, que analisou os mesmos fatos, envolvendo as mesmas partes e que concluiu pela identidade das situações jurídicas, uma vez que cada ação judicial deve ser julgada por uma decisão independente.
- (C) A Constituição Federal não conferiu às turmas recursais dos juizados especiais a natureza de órgãos autárquicos do Poder Judiciário e tampouco a qualidade de tribunais, como também não lhes outorgou qualquer autonomia com relação aos tribunais a que se vinculam, razão pela qual, contra suas decisões, não cabe recurso especial ao STJ, mas é possível o manejo de recurso extraordinário ao STF.
- (D) Segundo a CF/88, somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. Viola esse preceito constitucional a decisão de órgão fracionário de tribunal superior, inclusive do STF, que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

QUESTÃO 43

Em relação aos diversos institutos de Direito Tributário, assinale a opção correta.

- (A) As taxas podem ser cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, sendo inconstitucional a cobrança de taxa exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
- (B) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de afirmar a inexistência de direito adquirido a regime jurídico, motivo pelo qual não há razão para falar-se em direito à imunidade por prazo indeterminado para as entidades beneficentes de assistência social em relação às contribuições sociais.
- (C) As contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação e nem sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- (D) O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido da necessidade de lei complementar para a criação das contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais.

QUESTÃO 44

No que diz respeito à repartição das receitas tributárias, assinale a opção correta.

- (A) O estado-membro é parte ilegítima para figurar no polo passivo de ação de restituição de imposto de renda ajuizada por servidor estadual, pois o fato de pertencer ao ente estadual o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e os proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre pagamentos feitos a servidores, não retira a natureza de tributo federal do mencionado imposto.
- (B) Pertencem aos municípios vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da chamada competência residual, conforme previsão constitucional.
- (C) Pertencem aos estados e ao Distrito Federal cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- (D) É vedada, em regra, a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos pela Constituição Federal aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

QUESTÃO 45

Acerca da obrigação tributária, assinale a opção correta.

- (A) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- (B) As pessoas expressamente designadas por lei são solidariamente obrigadas pelas dívidas tributárias, sendo certo que, por não ser um efeito de realidade tributária, a interrupção da prescrição em favor de um dos obrigados não favorece aos demais.
- (C) A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, não sendo suficiente que esta se configure apenas uma unidade econômica ou profissional.
- (D) Por ferir o princípio da igualdade, a autoridade administrativa não pode recusar o domicílio tributário eleito pelo contribuinte, ainda quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

QUESTÃO 46

Em relação ao instituto do lançamento tributário, assinale a opção correta.

- (A) Em regra, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia do vencimento da dívida.
- (B) Quando deva ser apreciado fato não conhecido por ocasião do lançamento anterior, este não poderá ser revisto de ofício pela autoridade administrativa, que dependerá de declaração expressa do contribuinte ou de seu representante legal.
- (C) A modificação introduzida de ofício nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
- (D) Nas hipóteses de lançamento por homologação, se a lei não fixar prazo para a homologação, será ele de dez anos, a contar da ocorrência da obrigação tributária.

QUESTÃO 47

No que diz respeito à suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, assinale a opção correta.

- (A) A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
- (B) A lei que concede parcelamento do crédito tributário não poderá excluir a incidência de juros e multas.
- (C) O Código Tributário Nacional não veda a compensação tributária mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- (D) Sob pena de ofensa aos princípios da igualdade e da isonomia, a isenção e a anistia não podem ser concedidas apenas a determinada região do território da entidade tributante.

QUESTÃO 48

Com relação às pessoas naturais, assinale a opção correta.

- (A) Segundo previsão expressa do Código Civil, os índios são relativamente incapazes.
- (B) A sentença declaratória de ausência e de morte presumida será averbada em registro público.
- (C) A sucessão definitiva poderá ser requerida provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade e que de cinco datam as últimas notícias dele.
- (D) É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita apenas de parte do próprio corpo, para depois da morte.

QUESTÃO 49

Em relação às pessoas jurídicas e ao domicílio, assinale a opção correta.

- (A) No ordenamento jurídico brasileiro, a pessoa jurídica pode sofrer dano moral.
- (B) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos.
- (C) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação.
- (D) Nos contratos escritos, é vedado aos contratantes especificar domicílio apenas para fins de exercício e cumprimento dos direitos e obrigações deles resultantes.

QUESTÃO 50

No que diz respeito aos bens, assinale a opção correta.

- (A) Para efeitos legais, o direito à sucessão aberta é considerado um bem móvel.
- (B) Os melhoramentos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor são considerados benfeitorias voluptuárias.
- (C) Os bens públicos de uso especial e dominicais são inalienáveis e não estão sujeitos a usucapião.
- (D) O imóvel onde está instalada a Prefeitura de Manaus é considerado um bem público de uso especial.

QUESTÃO 51

Em relação aos fatos e atos jurídicos, assinale a opção correta.

- (A) O dolo se caracteriza quando uma pessoa, sob premente necessidade ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (B) O agente que induz certo devedor a firmar novo negócio jurídico sob determinadas condições, mediante a ameaça de protestar o título vencido e não pago, que garante a dívida, age mediante coação.
- (C) Conforme previsão expressa do Código Civil, não corre prescrição contra os absolutamente incapazes.
- (D) É nulo o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

QUESTÃO 52

Em relação à posse e à propriedade, assinale a opção correta.

- (A) Considera-se detentor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- (B) Por se tratar de bens distintos, a posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.
- (C) Aquela que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (D) O possuidor de má-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, exceto se acidentais.

QUESTÃO 53

A respeito das obrigações civis, assinale a opção correta.

- (A) A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos co-credores ou co-devedores, e condicional, a prazo ou pagável em lugar diferente, para o outro.
- (B) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- (C) Em regra, a obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela.
- (D) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalecerá a última, independente de haver a tradição do título do crédito cedido.

QUESTÃO 54

Em relação aos contratos, assinale a opção correta.

- (A) Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (B) A doação verbal de bens móveis de pequeno valor será válida, se imediatamente ocorrer a tradição.
- (C) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (D) A locação por tempo determinado cessa de pleno direito, findo o prazo estipulado, desde que mediante prévia notificação ou aviso.

QUESTÃO 55

Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção INCORRETA.

- (A) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- (B) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
- (C) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.
- (D) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais.

QUESTÃO 56

A respeito do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

- (A) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir da ocorrência efetiva do dano.
- (B) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais não é objetiva e será apurada mediante a verificação de culpa.
- (C) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do CDC.
- (D) São anuláveis as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que transfiram responsabilidades a terceiros.

QUESTÃO 57

Em relação à Lei n.º 9.504/97 (Eleições), assinale a opção correta.

- (A) O partido político coligado somente possui legitimidade para atuar de forma isolada no processo eleitoral quando questionar a validade da própria coligação, durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatos.
- (B) Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições, estando os candidatos ao cargo de prefeito dispensados de instruir seu pedido com as propostas defendidas.
- (C) O candidato cujo registro esteja *sub judice* poderá efetuar todos os atos relativos à campanha eleitoral, exceto utilizar o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, ficando a validade dos votos a ele atribuídos condicionada ao deferimento de seu registro por instância superior.
- (D) Os bancos são obrigados a acatar, em até 3 dias, o pedido de abertura de conta de qualquer comitê financeiro ou candidato escolhido em convenção, sendo-lhes vedado condicioná-la a depósito mínimo, autorizando-se, no entanto, a cobrança de taxas e/ou outras despesas de manutenção das mencionadas contas.

QUESTÃO 58

Em relação aos delitos contra a fé pública, assinale a opção correta.

- (A) O agente que insere, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a Previdência Social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita não pratica delito contra a fé pública e, sim, contra o patrimônio da previdência social.
- (B) A utilização dolosa de papel moeda grosseiramente falsificado para a compra de mercadorias de alto valor constitui crime contra a fé pública, na medida em que esse tipo de falsificação põe em risco a credibilidade do sistema financeiro nacional.
- (C) Certo funcionário de um cartório de registro de imóveis de Manaus, utilizando-se de modelo previamente definido pela corregedoria do Tribunal de Justiça do Amazonas, lavrou escritura inserindo declarações falsas prestadas pelo particular, com o fim de prejudicar direito de terceiro. Nesse caso hipotético, ambos cometeram o delito de falsificação de documento público.
- (D) No delito de falsificação de documento público, para efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

QUESTÃO 59

No que diz respeito ao delito de peculato, assinale a opção correta.

- (A) No delito de peculato culposo, a reparação do dano antes da publicação da sentença irrecorrível extingue a punibilidade; caso a reparação ocorra em momento posterior a tal publicação, a pena imposta será reduzida à metade.
- (B) Certo agente público utilizou um veículo que lhe foi confiado pelo serviço público para assuntos particulares. Nesse caso hipotético, tratando-se o automóvel de bem público, o agente cometeu o delito de peculato.
- (C) Um funcionário público, chefe de certa repartição, recebeu valores legalmente devidos por particulares e, sem previsão legal, utilizou a quantia para a compra de um aparelho de ar-condicionado, instalando-o na própria repartição. Nesse caso hipotético, como não houve apropriação de dinheiro pelo funcionário, este não cometeu, sequer em tese, delito de peculato.
- (D) No delito relatado na opção anterior, a origem dos bens apropriados deve ser pública, razão pela qual não caracteriza peculato a conduta do funcionário da carceragem pública que, em razão do cargo, apropria-se de bens ou valores pertencentes ao preso.

QUESTÃO 60

Com relação aos delitos contra a administração pública, assinale a opção incorreta.

- (A) O agente que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, comete o delito de concussão.
- (B) O agente que abandona o cargo público, fora dos casos permitidos em lei não comete delito contra a administração pública, devendo apenas sofrer as sanções administrativas daí decorrentes, como a demissão do serviço público.
- (C) Constitui o crime de excesso de exação a conduta do funcionário público que exige tributo ou contribuição social que sabe indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio gravoso, que a lei não autoriza.
- (D) A conduta do agente que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer a interesse ou sentimento pessoal, não caracteriza o delito de condescendência criminosa.

